

Práticas de Divulgação, Conscientização e Capacitação para a Sustentabilidade uma Proposta para as Universidades Federais Brasileiras

Sustainable Practices of Disclosure, Awareness and Training: a Proposal for Brazilian Federal Universities

Milena Missiano Comeron Ribeiro(1); Rosamaria Moura-Leite(2); Samyra Cordeiro Franco(3); Claudio Zarate Max(4)

1 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: milocamimica@hotmail.com

2 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: rosamaria.leite@ufms.br

3 Universidade Federal De Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: samyra_scf@hotmail.com

4 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: claudio.zarate@ufms.br

Revista de Administração IMED, Passo Fundo, vol. 8, n. 1, p. 146-168, Jan.-Jun., 2018 - ISSN 2237-7956

[Recebido: Set. 13, 2017; Aprovado: Fev. 22, 2018]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2018.v8i1.2138>

Endereço correspondente / Correspondence address

Rosamaria Moura-Leite

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS),

Escola de Administração e Negócios

Avenida Senador Filinto Müller, nº 1555, Bairro Vila Ipiranga

CEP 79074-460– Campo Grande, MS, Brasil

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor-chefe: Kenny Basso

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui! / click here!](#)

Resumo

As discussões acerca do desenvolvimento sustentável ganharam reconhecimento internacional nas últimas décadas. A educação é fator indispensável para o alcance do desenvolvimento sustentável, e as Instituições de Ensino Superior desempenham um papel importante na formação de profissionais mais sensíveis à temática. Diante desse contexto, a presente pesquisa busca analisar como as Instituições de Ensino Superior Federais Brasileiras abordam o tema sustentabilidade em suas práticas de divulgação, conscientização e capacitação. Para tanto, a metodologia da pesquisa de caráter exploratório e qualitativo foi dividida em quatro etapas: análise dos planos de gestão de logística sustentável, apontamento dos projetos de pesquisa e extensão relacionados à sustentabilidade, verificação de incentivos para eles e relacionamento entre os projetos e o plano de gestão de logística sustentável. Os resultados mostraram que as Instituições de Ensino Superior estudadas aderiram a uma gestão mais sustentável nos últimos anos, destacando-se um compilado de práticas sustentáveis que podem ser adaptadas por outras instituições. Os resultados mostram também que a relação entre os setores de pesquisa e extensão com a gestão universitária não é uma prática comum, apontando a necessidade de uma integração maior entre estes setores para a promoção da temática da sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Ensino superior, Gestão ambiental, Educação

Abstract

Discussions about sustainable development gained international recognition in recent decades. Education is indispensable for achieving sustainable development and higher education institutions play an important role in the training of professionals more sensitive to the issue. In this context the present research is to analyze how the Brazilian Federal Higher Education Institutions address the issue of sustainability in their actions. Therefore the methodology of exploratory and qualitative research was divided into 4 stages: analysis of sustainable logistics management plans, appointment of research and extension projects related to sustainability, check incentives for them and the relationship between the projects and the sustainable logistics management plan. The results showed that the studied higher education institutions have joined more sustainable management in recent years, and stands a compiled sustainable practices that can be adapted by other institutions. The results also show that the relationship between research sectors / extension with the university management is not a common practice, which points to the need for greater integration between sectors to promote the theme of sustainability.

Keywords: Sustainable development, Higher education institution, Environmental management, Education

1 Introdução

A temática da sustentabilidade não é um assunto recente, tendo obtido maior atenção nos últimos anos, pelas exigências de uma sociedade contemporânea mais preocupada com os padrões de produção e consumo (Kruger, Freitas, Pfitscher, & Petri, 2011; Lozano, Lukman, Lozano, Huisingh, & Lambrechts, 2013). Pelo seu grau de importância mundialmente propagado, a temática da sustentabilidade começou a despertar a atenção tanto dos governos, como da população e das organizações na busca de uma sociedade que possa garantir um desenvolvimento equilibrado (Luiz, 2014). Sendo o governo regulador e orientador das ações ambientais (Maimon, 1996), ele assume importante função, seja na criação, realização ou difusão de iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável (Kruger *et al.*, 2011).

No âmbito da administração pública brasileira, verifica-se que já existem estímulos legais e voluntários para a inserção da sustentabilidade no ambiente organizacional. Entre os instrumentos abordados nessa pesquisa, destaca-se o decreto nº 7.746/2012, que instituiu o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

O PLS é uma ferramenta de planejamento que busca inserir a temática da sustentabilidade nas organizações públicas, ao viabilizar uma gestão mais sustentável pela elaboração de ações, com metas, prazos e mecanismos de monitoramento. Por ser de caráter legal, instituído por decreto, sua elaboração e aplicação pelos órgãos públicos são obrigatórias e de extrema relevância para o alcance de uma gestão pública mais sustentável. A presente pesquisa adotou o PLS como fonte de informação sobre a gestão sustentável das instituições pesquisadas.

Entre as organizações públicas, as universidades federais se destacam em relação ao importante papel na promoção de uma sociedade mais sustentável, já que promovem o desenvolvimento sustentável através de dois fatores: a questão educacional, como formadora de profissionais inquietos com as questões ambientais, e o exemplo prático de gestão preocupada com a sustentabilidade (Palma, Oliveira & Viacava, 2011; Tauchen & Brandili, 2006).

Destarte, as universidades federais como organizações públicas devem adequar tanto sua gestão como seu ensino às legislações ambientais vigentes e desempenhar iniciativas de práticas sustentáveis. Contudo, ainda são incipientes as ações notadas nas instituições de ensino superior que tenham por objetivo qualificar e conscientizar sua comunidade sobre a temática da sustentabilidade (Palma *et al.*, 2011; Tauchen, 2007).

Com base nesse contexto, a presente pesquisa aborda as práticas de divulgação, conscientização e capacitação relacionadas ao tema da sustentabilidade, destinadas aos discentes com o intuito de inserir uma cultura e consciência mais sustentável na sua formação. Sendo que essas práticas podem ser desenvolvidas por meio atividades de pesquisa e extensão, assim como por ações previstas no PLS.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar de que forma as universidades federais estudadas abordam o tema sustentabilidade em suas práticas de divulgação, conscientização e capacitação, que tenham como público alvo os discentes. Restringiu-se a esse público alvo, porque algumas ações do PLS são direcionadas exclusivamente aos servidores técnicos e docentes.

Para alcançar o objetivo proposto foram reunidas as ações de divulgação, conscientização e capacitação direcionadas aos discentes, publicadas nos Planos de Gestão de Logística Sustentável das universidades federais brasileiras, assim como foram apontados os registros de projetos de pesquisa e extensão de cada universidade federal brasileira, que estejam relacionados com a temática da sustentabilidade, verificando também se oferecem incentivos. Por fim, foi analisada a relação entre os projetos de pesquisa e extensão com as ações do PLS.

O resultado visa a possibilitar aos responsáveis pelas áreas de extensão, pesquisa e gestão universitária das universidades federais brasileiras, informações para o aprimoramento de suas ações que contribuam para o aprimoramento da sustentabilidade na formação dos discentes.

Este artigo foi estruturado em quatro partes: a primeira é o referencial teórico, que contempla as influências do estado na sustentabilidade e o papel das instituições de ensino superior na temática; a segunda descreve os procedimentos metodológicos; a terceira contempla a apresentação e a análise dos dados, descrevendo os resultados e as informações sobre as universidades federais brasileiras; e a última parte expõe as considerações finais acerca da pesquisa.

2 Referencial Teórico

2.1 Influências do Estado na Sustentabilidade

A integração da responsabilidade ambiental nas organizações é um tema recente, que sofre influências externas e internas. Maimon (1996) afirma que o governo atua como força externa, orientando e regulamentando as ações ambientais. O Brasil é um país de Estado Democrático e para viabilizar o direito fundamental humano, reconhecido internacionalmente, de poder viver em ambiente sadio e não degradado, a constituição brasileira, em seu art. 225, destaca que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, art. 225).

O governo brasileiro é tripartite, dividido nos seguintes poderes: Executivo, executa as leis; Legislativo, cria as leis; e Judiciário, julga as leis (Brasil, 1988). Pelo seu poder de ordenamento legislativo, ele pode criar políticas destinadas às questões

ambientais, estabelecendo atitudes a serem tomadas pela sociedade e principalmente pelas organizações.

Além dos recursos legais, o governo também dispõe de ferramentas estratégicas para a promoção de uma gestão mais sustentável, como, por exemplo os programas Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que será explanada adiante, Projeto Esplanada Sustentável (PES), Programa de Eficiência no Gasto (PEG), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), Coleta Seletiva Solidária (CSS) e Contratações Públicas Sustentáveis (CPS), que servem de manuais orientadores aos gestores, visando ao cumprimento da legislação (Sousa & Madruga, 2014).

A partir de 2004, foram incluídas nos Planos Plurianuais do Governo Federal, as diretrizes contidas na Agenda 21 Brasileira (Ministério do Meio Ambiente, 2004), que foi desenvolvida com base na Agenda 21 Global, que procurou identificar os problemas prioritários, os recursos e os meios para enfrentá-los, assim como as metas para as próximas décadas. E para isso, ela objetiva disciplinar e centrar o empenho nas áreas principais, evitando a perda de foco, o desperdício e as ações contrárias. Para tanto, a Agenda 21 Brasileira foi dividida em 40 capítulos, tratando em seu capítulo 36 da Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, interesse principal deste trabalho (Ministério do Meio Ambiente, 1995).

Outra importante ferramenta elaborada pelo governo, através do Ministério do Meio Ambiente, pautada nas recomendações da Agenda 21, foi a A3P, Agenda Ambiental da Administração Pública. Esta agenda teve como intuito inserir uma nova cultura dentro das instituições públicas, visando ao estímulo dos gestores públicos na incorporação de regulamentos e critérios que estabeleçam a gestão ambiental nos processos organizacionais, tendo como base o melhor uso dos recursos naturais e a otimização dos gastos públicos através da racionalização dos bens do manejo adequado dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho (Ministério do Meio Ambiente, 2009). A A3P não é uma imposição legal do Estado, mas uma orientação estratégica ambiental para apoio às instituições públicas em adotarem novos padrões de produção e consumo sustentável.

Ressalta-se o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que instituiu a exigibilidade do Plano de Gestão de Logística Sustentável, que é um importante marco legal para a melhoria do desempenho ambiental no âmbito da administração pública federal. Sua objetividade em estipular critérios, práticas e diretrizes para que se promova o desenvolvimento sustentável no país, através de aquisições e contratações de serviços e obras pelo setor público (Brasil, 2012a), pode estabelecer avanços significativos no desencadeamento sistêmico da sustentabilidade.

Com o intuito de normatizar o PLS, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) emitiu a Instrução Normativa (IN) nº 10/2012, que estabelece as regras para elaboração do PLS. Em seu artigo 3 o PLS é definido como “ferramenta

de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos (. . .)”. (Brasil, 2012c, art. 3).

O PLS é, portanto um mecanismo de gestão que o governo elaborou para que a administração pública possa tentar planejar, dirigir, controlar e monitorar suas ações e planos, visando à sustentabilidade. Com relação ao conteúdo do PLS, a IN nº 10/2012 relata, em seu artigo 5, quatro componentes mínimos, sendo o quarto destacado por essa pesquisa, cujo ponto de início para o plano é abranger o conteúdo mínimo, tendo como direção os sete temas elencados:

1. Atualização do inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
2. Práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;
3. Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;
4. Ações de divulgação, conscientização e capacitação. (Brasil, 2012c, art. 5)

Assim como em seu artigo 8, relaciona esses componentes com sete temas mínimos:

1. Material de consumo (no mínimo papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão);
2. Energia Elétrica;
3. Água e Esgoto;
4. Coleta Seletiva;
5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
6. Compras e contratações sustentáveis (pelo menos obras, equipamentos, serviços de vigilância, limpeza, telefonia, processamento de dados, apoio administrativo e manutenção predial).
7. Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e emissões de substâncias poluentes. (Brasil, 2012c, art. 8).

A IN nº 10/2012, no artigo 12, estabelece que o PLS deverá ser elaborado e publicado no site dos respectivos órgãos ou entidades públicas, sendo, no final de cada ano, elaborados relatórios de acompanhamento, evidenciando o desempenho dos órgãos, englobando os resultados alcançados e identificando as ações que serão desenvolvidas ou modificadas no ano seguinte (Brasil, 2012c).

Dessa maneira, essas medidas podem ser consideradas uma forma de controle por parte do governo e da própria sociedade sobre os resultados alcançados e quais os impactos a partir da implementação do PLS.

Em conformidade com o exposto acima, verifica-se a importância que o governo tem em orientar e direcionar a sociedade na tentativa de inserir uma cultura sustentável (Diana, 2012), seja através de recursos legais ou por meio de programas e incentivos que buscam estimular o interesse voluntário de adoção da gestão ambiental, estimulando a responsabilidade socioambiental, que é iniciada no momento em que a lei termina, ou seja, são as atitudes proativas das organizações (Aligleri, Aligleri, & Kruglianskas, 2009).

2.3 O papel das instituições de ensino superior

O termo desenvolvimento sustentável ganhou notoriedade em 1987, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou um relatório conhecido como “Brundtland Report”. O conceito de desenvolvimento sustentável de acordo com esse documento é a busca por “alcançar as necessidades do presente sem comprometer a capacidade da geração futura de atender às suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987, p.8). O desenvolvimento sustentável exige a adoção simultânea de princípios ambientais, econômicos e de equidade social, essa afirmação foi apreciada com o ceticismo quando foi divulgada, pois desafiava o pressuposto amplamente difundido de que a integridade ambiental e a equidade social minimizavam a prosperidade econômica (Bansal, 2005).

No entanto atualmente são muitos os estudos acadêmicos que defendem a sinergia entre as dimensões social, ambiental e econômica, os três pilares da sustentabilidade (Bansal, 2005; Elkington, 1994; Hart & Milstein, 2003; Garrida & Mele, 2004; Porter & Kramer, 2006). Gladwin, Kennelly e Krause (1995, p.876) definem o desenvolvimento sustentável como “um processo para se alcançar o desenvolvimento humano de uma maneira inclusiva, interligada, igualitária, prudente e segura”. Uma organização sustentável, portanto, é aquela que contribui para o desenvolvimento sustentável ao gerar, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais (Hart & Milstein, 2004).

De acordo com Madeira, Carravilla, Oliveira e Costa (2011) as instituições de ensino superior devem ter um papel preponderante no desenvolvimento sustentável e devem ser, elas próprias, modelos de sustentabilidade. Sendo que para ser modelo de sustentabilidade deve ser ambientalmente correta, isso é conservar os recursos naturais, diminuir a geração de resíduos e ter uma gestão ambiental eficiente, somada a promoção da igualdade e justiça social, além de transmitir estes valores para a sociedade em que está inserida (Alshuwaikhat & Abubakar, 2008).

Portanto as instituições de ensino superior são aquelas organizações que têm como função a ascensão do conhecimento pelo ensino, pesquisa e extensão, e visto que devem objetivar a transformação positiva de seres humanos e da sociedade, suas atividades institucionais devem incluir a tarefa de regenerar modelos de desenvolvimento sustentável, além de inspirar uma cultura de sustentabilidade para a sociedade (Casarejos, Frota & Gustavson, 2017; Lozano *et al*, 2013).

Lozano *et al* (2013) afirma que nas últimas duas décadas, um número crescente de instituições de ensino superior têm se empenhado em incorporar e institucionalizar a sustentabilidade. Dentre as razões para esse incremento ressalta-se o aumento do nível de consciência da sociedade sobre sustentabilidade e a crescente importância das declarações, cartas e parcerias que ratificam o compromisso das instituições de ensino superior com o desenvolvimento sustentável. No Brasil, de acordo com Andrade, Brito, Brito e Baeta (2016) as universidades também intensificaram as práticas discursivas de sustentabilidade na década de 2000.

Tauchen e Brandili (2006) detectam duas correntes de pensamento que destacam o papel das instituições de ensino superior na promoção do desenvolvimento sustentável: a primeira corrente se caracteriza pela questão educacional como um exercício básico para que, através da formação originada pelas instituições de ensino superior, ocorra influência na qualificação dos acadêmicos, futuros tomadores de decisão, de tal forma que inclua em suas profissões a inquietação pelas matérias ambientais; e a outra corrente reside na atitude das instituições de ensino superior em implementar sistemas de gestão sustentáveis em sua estrutura organizacional, para servir de exemplo prático de uma gestão preocupada com a sustentabilidade.

Por conseguinte, a sensibilização para a sustentabilidade, além de ser obrigatória nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, também deve ser promovida na área administrativa, como forma de propagar o exemplo de organização ambientalmente comprometida (Jorge, Herrera, Cejas, & Pena, 2015). Já que a cultura da sustentabilidade tem que ser vivenciada diariamente dentro da instituição de ensino superior, para que a mesma seja um ambiente que eduque para a sustentabilidade, seus processos internos de gestão devem ser coerentes com essa cultura (Berchin *et al.*, 2017).

No entanto, alguns autores alertam que o desenvolvimento sustentável no ensino superior ainda está longe de ser integrado de forma adequada (Berchin *et al.*, 2017; Jorge *et al*, 2015; Lee, Barker, & Mouasher, 2013; Lozano *et al*, 2013; Ngwakwe, 2014), sendo um dos pontos mais ressaltados, a integração mais abrangente da sustentabilidade, em vez de apenas um “complemento” para as práticas existentes (Fadeeva & Mochizuki, 2010).

A sustentabilidade deve permear amplamente todas as atividades da instituição de ensino superior e impactar discentes, docentes, servidores e sociedade, como pode ser observado no estudo desenvolvido por Jorge *et al* (2015) desenvolvido com

universidades espanholas. Já o estudo de Lambrechts e Liedekerke (2014) desenvolvido em universidades europeias comprovou a viabilidade da adoção de um tema de gestão universitária na educação para a sustentabilidade dos diversos públicos da universidade.

Em universidades brasileiras, localizadas no estado do Rio Grande do Sul, Engelman, Guisso e Fracasso (2009) identificaram, inclusão de objetivos ambientalmente sustentáveis nos programas de difusão de conhecimentos, assim como nos processos internos das instituições. Os resultados da pesquisa apontam que algumas ações não são continuadas devido a barreiras financeiras e culturais.

Além da pesquisa de Engelman *et al.* (2009), identificou-se que existem poucas pesquisas que analisam a sustentabilidade nas instituições de ensino superior brasileiras de forma ampla. Alguns estudos tem como foco o ensino da sustentabilidade em cursos de graduação e pós-graduação (ex.: Santos & Silva, 2013; Souza, Parisotto, & Barbieri, 2013; Gonçalves-Dias, Herrera, & Cruz, 2013; Franco, Teixeira, Azevedo, & Moura-Leite, 2015), e outros tem como foco os processos internos das instituições (ex.: Machado, Fracasso, Tometich, & Nascimento, 2014; Luiz, Rau, Freitas, & Pfitscher, 2013; Luiz, Alberton, Rosa, & Pfitscher, 2014; Kruger *et al.*, 2011).

Diversos autores estudaram os efeitos da educação para a sustentabilidade nos discentes. Springett (2005) identificou efeito positivo na capacidade de auto-reflexão, Jacomossi, Morano e Barrichello (2014) nas atitudes sustentáveis, e Franco, Moura-Leite, Pereira e Lopes (2017) na intenção em atuar profissionalmente com a temática.

Visto que a presente pesquisa aborda a forma que as instituições de ensino superior fomentam a sustentabilidade na formação dos discentes, e que as mesmas podem utilizar como ferramentas suas atividades fim, a pesquisa e a extensão. Como estabelecido no art. 10, da Lei nº 9.795/1999, a educação ambiental deverá ser cultivada como uma atividade integrada, não devendo ser implementada como disciplina particular na grade curricular de ensino (Brasil, 1999).

Portanto, fomentar a pesquisa e a extensão em temas sustentáveis pode cumprir o dever legal de integrar a educação para a sustentabilidade de forma dinâmica e ter como consequência a formação de profissionais conscientes e críticos. Assim como, as ações administrativas podem contribuir para a construção da cultura institucional sustentável que também impacta na formação do discente (Berchin *et al.*, 2017).

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa, com relação a seus objetivos, é de caráter exploratório, utilizando técnicas da abordagem qualitativa. Como técnica de pesquisa, foi adotada a análise de conteúdo das informações disponibilizadas via internet, destacando-se os sites institucionais das universidades federais brasileiras e o site oficial do governo do

Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ), bem como o acesso ao banco de dados dos projetos de pesquisa e extensão das universidades federais assim como o encaminhamento de questionamentos via e-mail institucional.

Segundo Bardin (2011, p. 47), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos”.

A pesquisa foi dividida em quatro etapas. A primeira etapa, efetuada no período de abril a junho de 2015, consistiu em consultar os sites oficiais de cada universidade federal para verificar quais divulgaram o PLS no intuito de reunir as ações de divulgação, conscientização e capacitação direcionadas para os discentes, descritas em cada PLS. A segunda etapa, visando a apontar os registros de projetos de extensão e de pesquisa das 63 universidades federais brasileiras cadastradas no MEC, que abordam o tema sustentabilidade, foi efetuada no mês de janeiro de 2016, utilizando o site oficial do SIGPROJ, que consiste em uma ferramenta do governo desenvolvida pela parceria do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com o intuito de dar assistência no planejamento, gestão, avaliação e publicidade dos projetos de extensão, pesquisa e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras, sob a coordenação do MEC (SIGPROJ, 2015).

Entrou-se em contato com as universidades que não utilizam o SIGPROJ, solicitando acesso ao banco de dados dos projetos de pesquisa e extensão da instituição. Na sequência, para as universidades federais que disponibilizaram acesso ao banco de dados e para as que usam o SIGPROJ, foi feita a filtragem dos projetos, inserindo no campo título e palavra-chave os seguintes termos: “sustentabilidade”, “desenvolvimento sustentável” e “sustentável”. Estes termos foram determinados de acordo com a revisão bibliográfica e com o exercício de busca feito pela pesquisadora nas plataformas de bancos de dados.

A terceira etapa, cujo objetivo é descobrir se as universidades federais dão incentivo ou utilizam algum mecanismo para promover projetos de sustentabilidade, foi feita mediante questionamento por e-mail institucional no mês de janeiro de 2016, para as pró-reitorias responsáveis pelo setor de pesquisa e de extensão, com a seguinte pergunta: “A instituição de ensino oferece algum tipo de incentivo para estimular projetos de pesquisa/extensão relacionados ao tema sustentabilidade?” (Questionamento 1).

Por fim, na tentativa de descobrir se existe relação entre os projetos com o PLS, a quarta etapa, de forma similar à anterior, foi feita via e-mail institucional durante o mês de janeiro de 2016, questionando as universidades federais, que têm o PLS, com a seguinte pergunta: “Na sua instituição de ensino, há algum projeto de pesquisa ou extensão que objetiva auxiliar o PLS? Se a resposta for afirmativa, por favor, cite-o” (Questionamento 2). Os

e-mails foram encaminhados aos pró-reitores de pesquisa e de extensão e ao responsável pelo PLS, sendo considerada para a análise a resposta de pelo menos um deles.

As questões adotadas na terceira e quarta etapas foram elaboradas pelos autores e validadas antes da sua aplicação por um conjunto de três especialistas na área.

A Figura 1 apresenta resumidamente os processos metodológicos utilizados na pesquisa.

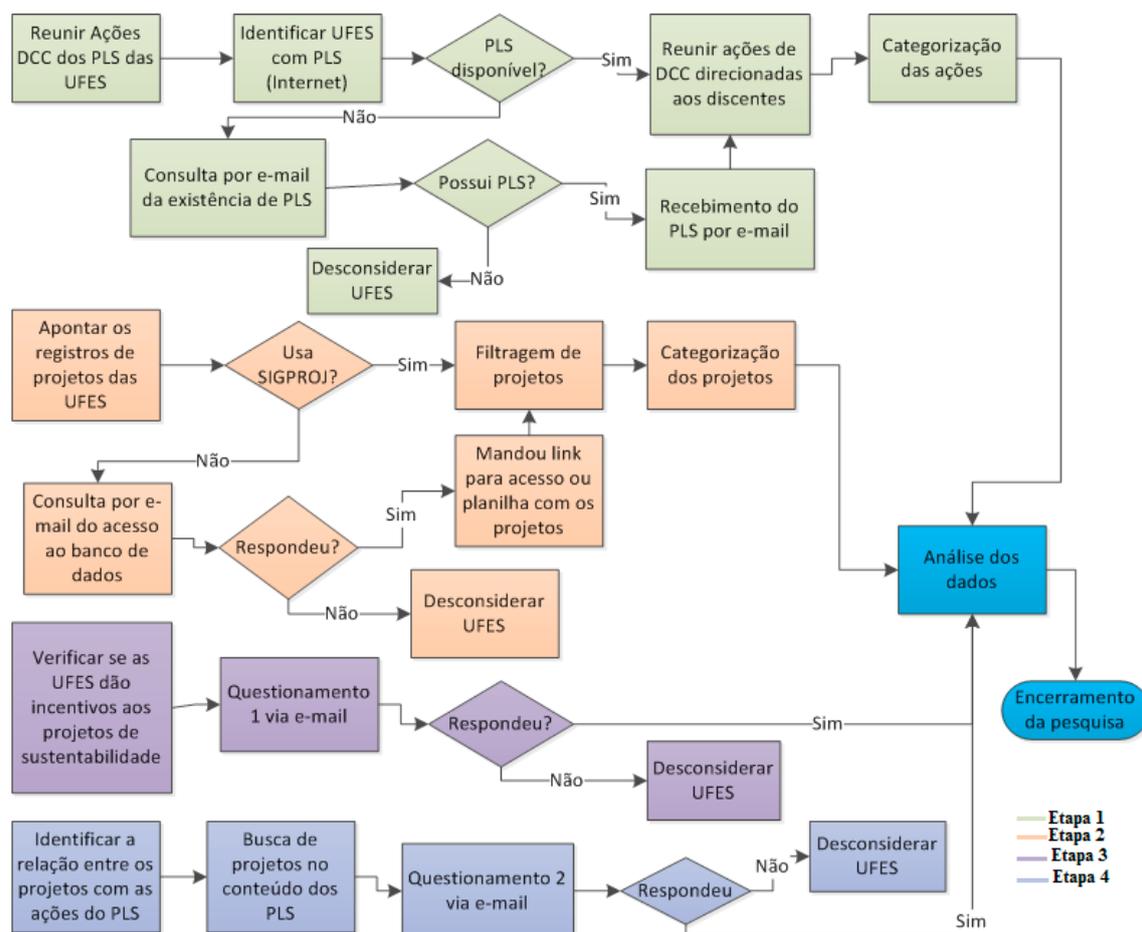


Figura 1. Resumo dos processos metodológicos

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 Apresentação e Análise dos Dados

4.1 Planos de Gestão de Logística Sustentável

Das 63 universidades federais cadastradas, apenas 22 divulgaram o plano e cinco estão em fase de elaboração. Entre as 22 universidades com PLS, apenas oito publicaram o relatório de acompanhamento, de acordo com as exigências da IN nº 10/2012. Esses dados reforçam o alerta de Jorge *et al* (2015) em relação a inserção insipiente da sustentabilidade nas instituições de ensino superior, mesmo diante de IN

que instrui a mesma. A região Centro-Oeste é a que apresenta maior porcentagem de universidades federais com o plano (60%), seguida da região Sul (45,4%), região Norte (40%), região Nordeste (33,3%) e, por último, a região Sudeste (21%).

Após a análise de cada PLS, foi encontrado o quantitativo de ações de divulgação conscientização e capacitação direcionado aos discentes disposto por tema (Gráfico1).

O maior número de ações é abrangente, envolvendo todos os temas, na tentativa de inserir a sustentabilidade de forma geral. Em seguida, os maiores esforços se concentram na área da coleta seletiva, material de consumo, energia elétrica e água e esgoto. Observa-se um número reduzido de práticas relacionadas com o tema qualidade de vida no ambiente de trabalho, esse resultado pode ser decorrente da prevalência por desenvolver ações referente a temas ambientais, considerados erroneamente mais relacionados com a sustentabilidade (Garrida & Mele, 2004).

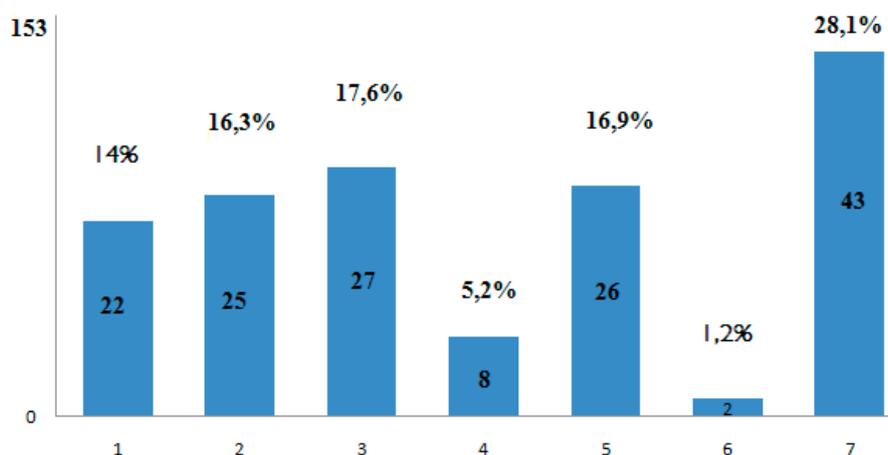


Gráfico 1. Percentual do quantitativo de ações por tema do PLS

Legenda: 1 - água e esgoto; 2 - energia elétrica; 3 - coleta seletiva; 4 - deslocamento de pessoal; 5 - material de consumo; 6 - qualidade de vida no ambiente de trabalho; 7 - todos (disseminação de informações e incentivos/estímulos).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a análise dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, verificou-se que há muitas ações superficiais que não informam o método de aplicação, como, por exemplo, “conscientização para redução do consumo de água”, “trabalhos de conscientização da comunidade acadêmica” e “promover campanhas de conscientização para redução de consumo de energia”.

Dessa forma, neste tópico, foram selecionadas as ações que diferem entre si, Quadro 1, ou seja, que apresentam alguma proposta concreta, com possibilidade de serem adaptadas por outras instituições, sendo importante a divulgação dessas práticas para disseminar, incentivar, aprimorar e gerar novas ideias para outras instituições.

Quadro 1. Ações diferenciadas passíveis de adaptação

| Ação | UF | Tema do PLS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------------------------------------|
| Implantação de espaços, tais como Museu de Biodiversidade, Jardins Ecológicos e Teatros ao ar livre com bancadas rústicas. Esses espaços podem ser utilizados para apresentações culturais, aulas práticas, grupos de estudo, confraternização, entre outros | UFTM | Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho |
| Manter um banco de dados constando todos os projetos relacionados à Sustentabilidade, concluídos ou em andamento, visando a facilitar o intercâmbio de informações entre a comunidade acadêmica. | UFTM | Todos: Disseminação de Informações |
| Criar mascote através de concurso cultural e votação da comunidade acadêmica com o intuito de realizar campanhas informativas para temas atinentes à sustentabilidade | UFRB UFOPA | Todos: Disseminação de Informações |
| “Blog” para relatar [...] as ações afirmativas que estão sendo realizadas [...]sobre os temas mais relevantes ligados ao meio ambiente [...] | UFFS | Todos: Disseminação de Informações |
| Inclusão de temas relacionados ao meio ambiente na programação do Cinema | UFCSPA | Todos: Disseminação de Informações |
| Realização de programas educativos através da Rádio | UFS | Todos: Disseminação de Informações |
| Implantar Caixinhas de Ideias Sustentáveis em locais estratégicos da universidade e estimular a utilização do fale conosco, via web (página eletrônica do PLS) | UFTM | Todos: Incentivos/Estímulos |
| Criar um Núcleo de Educação Ambiental para fomentar atividades de Educação Ambiental | UFOPA | Todos: Incentivos/Estímulos |
| Institucionalizar as praças e bosques de todos os campi, pela adoção de nomes via proposição da comunidade e aprovação do Conselho Universitário | UFC | Todos: Incentivos/Estímulos |
| Lançamento na abertura da calourada de 2014 do Projeto “Adote sua Caneca/Garrafa térmica” | UFT | Material de Consumo |
| Divulgar relatórios de consumo de água [...], possíveis desperdícios e formas de economia de água, além dos respectivos custos, para todos os usuários, visando à sensibilização da comunidade universitária | UFERSA | Água e Esgoto |
| Campanha direcionada à comunidade acadêmica para que os trabalhos de conclusão de cursos sejam entregues em CD-ROM ou que a impressão seja feita frente e verso [...] | UNIFAL UFC | Material de Consumo |

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2 Projetos de Extensão e Pesquisa e sua Relação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável

Neste tópico, foi explanado o quantitativo de projetos de extensão e pesquisa relacionados ao tema da sustentabilidade, filtrados do SIGPROJ e da plataforma de banco de dados das instituições utilizadas para análise. Também foram apresentadas as instituições que disponibilizam incentivos para os projetos de pesquisa e extensão com este tema e, por fim, se existe relacionamento entre os projetos de pesquisa e extensão com o PLS.

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de projetos de extensão filtrados nas plataformas de bancos de dados das 18 universidades federais utilizadas para análise. Foi necessário fazer a divisão em 6 colunas, pois nem todas as Universidades utilizam o SIGPROJ, sendo necessário acessar a plataforma de dados individual de cada uma. Devido a isso foi discriminada nas duas primeiras colunas a quantidade de projetos cadastrados apenas no SIGPROJ, nas duas próximas a quantidade da plataforma individual de cada uma e nas duas últimas a soma dos dois dados.

Tabela 1. Quantitativo de Projetos de Extensão

| UF | Filtrados/ SIGPROJ | Total/ SIGPROJ | Filtrados/ Outros | Total/ Outros | Total/ Filtrados | Total/ Projetos | % do total |
|-------|-----------------------|-------------------|----------------------|------------------|---------------------|--------------------|---------------|
| UFSC | 1 | 31 | 232 | 49731 | 233 | 49762 | 0,4% |
| UFMG | 6 | 101 | 137 | 19398 | 143 | 19499 | 0,7% |
| UFMS | 89 | 6155 | - | - | 89 | 6155 | 1,4% |
| UFMT | 62 | 3913 | - | - | 62 | 3913 | 1,5% |
| UFPE | 42 | 2606 | - | - | 42 | 2606 | 1,6% |
| UFES | 3 | 46 | 15 | 1051 | 18 | 1097 | 1,6% |
| UFT | 21 | 1203 | - | - | 21 | 1203 | 1,7% |
| UFG | 10 | 69 | 46 | 3056 | 56 | 3125 | 1,7% |
| UFRJ | 26 | 1269 | - | - | 26 | 1269 | 2% |
| UFF | 52 | 2500 | - | - | 52 | 2500 | 2% |
| FURG | 35 | 1426 | - | - | 35 | 1426 | 2,4% |
| UFU | 5 | 70 | 104 | 4154 | 109 | 4224 | 2,5% |
| UFPB | 73 | 2687 | - | - | 73 | 2687 | 2,7% |
| UNB | 71 | 2251 | 11 | 346 | 82 | 2597 | 3,1% |
| UFBA | 4 | 52 | 26 | 757 | 30 | 809 | 3,7% |
| UFOPA | 2 | 21 | 5 | 88 | 7 | 109 | 6,4% |
| UFGD | 85 | 1146 | - | - | 85 | 1146 | 7,4% |
| UFV | 4 | 98 | 243 | 2386 | 247 | 2484 | 9,9% |
| Total | 589 | 25623 | 814 | 80879 | 1403 | 106502 | 0,1% |

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 1 mostra que a universidade federal com maior porcentagem de projetos de extensão é a UFV, com 9,9%, seguida da UFGD, com 7,4%, sendo a UFSC a que apresentou menor porcentagem, 0,4%.

A Tabela 2 expressa o quantitativo de projetos de pesquisa das nove universidades federais utilizadas para análise. A coluna 3 mostra os projetos de pesquisa filtrados encontrados nas plataformas de bancos de dados das instituições, sendo apenas os da UFMS retirados do SIGPROJ. E a coluna 4 revela o número total de projetos de pesquisa das universidades federais. Já a coluna 5 apresenta o percentual de projetos de pesquisa da universidade que abordam o tema sustentabilidade.

Tabela 2. Quantitativo de projetos de pesquisa

| UF | Região | Projetos Filtrados | Total Projetos | % do total |
|-------|--------------|--------------------|----------------|------------|
| UFG | Centro-Oeste | 42 | 10823 | 0,3% |
| UFRN | Nordeste | 123 | 18343 | 0,6% |
| UFLA | Sudeste | 24 | 3447 | 0,6% |
| UFMS | Centro-Oeste | 38 | 3842 | 0,9% |
| UTFPR | Sul | 20 | 1889 | 1% |
| FURG | Sul | 32 | 2974 | 1% |
| UFS | Nordeste | 37 | 3070 | 1,2% |
| UFRB | Nordeste | 15 | 1006 | 1,4% |
| UFC | Nordeste | 17 | 450 | 3,7% |
| Total | - | 348 | 45844 | 0,7% |

Fonte: Elaborado pelos autores.

A região Nordeste apresentou as maiores porcentagens, com a UFC apresentando maior número, seguida da UFRB e UFS. E a UFG, da região Centro-Oeste, foi a instituição que apresentou menor número percentual.

Para averiguar se as universidades federais oferecem algum incentivo para os projetos de extensão relacionados ao tema da sustentabilidade, foi feito um questionamento via e-mail institucional, denominado questionamento 1. Dessa prática, foram obtidos 28 retornos das 63 universidades questionadas: sete retornos positivos e os demais negativos. O segundo questionamento feito para as 22 universidades que têm PLS, objetivando descobrir se há projetos de extensão que auxiliam o PLS, teve retorno de 10, sendo três positivos.

Com relação aos projetos de pesquisa, foram obtidos 15 retornos das 63 universidades sobre o questionamento 1, quatro de caráter positivo. Com relação ao questionamento 2, das 22 universidades questionadas, quatro responderam negativamente e duas disseram que têm estes projetos.

A pequena porcentagem de projetos de extensão e pesquisa que abordam a sustentabilidade, o baixo índice de respostas positivas em relação a ações de fomento ao

tema na instituição e a não relação dos projetos de extensão com o PLS desenvolvido, demonstram que a sustentabilidade está sendo abordada de forma fragmentada, como um complemento, pois não é possível observar sua integração abrangente na maioria das instituições, que segundo Fadeeva e Mochizuki (2010) deve ser o objetivo das instituições de ensino superior.

Os comentários acerca das respostas são descritos em seguida, com o intuito de caracterizar as ações informadas pelas universidades que colaboraram com a pesquisa.

Na UFG há um projeto de extensão nomeado “Evento de Lançamento do PLS”, datado do ano de 2014, com o intuito de divulgar e informar sobre o PLS. E a UFSM possui projetos de pesquisa que auxiliam o PLS, mais cuja informação sobre os mesmos é sigilosa. Já a UFTM informou que tem dois projetos de extensão auxiliaram na implantação do PLS, sendo eles: Diagnóstico ambiental: um referencial para a elaboração do PLS; e Desenvolvimento e divulgação das ações do programa de educação ambiental do PLS na tentativa de desenvolver ações de divulgação para o plano. A UFTM também informou sua participação de diversos programas que visam a sustentabilidade após a implementação do PLS, e ressaltou a “Liga Acadêmica de Sustentabilidade”, que consiste em um projeto com o fim de estimular mais estudos sobre a sustentabilidade na universidade.

A UNIFAL/MG por sua vez conta com nove projetos de extensão que abordam a sustentabilidade e possui um programa para incentivar esses projetos, através de auxílio com material de consumo e transporte quando necessário. E a UFSC informou que há dois projetos de extensão e quatro projetos de pesquisa que auxiliam o PLS, e que a universidade está discutindo maneiras de projetos relacionados ao tema da sustentabilidade, como, por exemplo, editais específicos para projetos de extensão e pesquisa na área da sustentabilidade. A UFCA também discute atualmente uma forma de fomentar projetos de pesquisa e extensão relacionados com a sustentabilidade, mas a proposta em estudo é a publicação de editais que privilegiem os projetos com essa temática, utilizando como possíveis métodos a pontuação extra para projetos na área ou reservando linhas temáticas específicas. Já a UFOPA informou haver previsão de lançamento de editais internos de fomento tanto para projetos de extensão como de pesquisa, separados por áreas temáticas, sendo uma delas a de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Em relação à UNB, apesar de informar não possuir incentivos específicos, ressalta que em seu organograma institucional vinculado ao seu Decanato de Extensão existe o Núcleo da Sustentabilidade. E em seus registros de projetos de extensão no ano de 2015, foi submetida a proposta de criação de um Observatório de Desenvolvimento Sustentável, com o propósito de ser um mecanismo que contribua para melhorar o acompanhamento de debates e discussões acerca do desenvolvimento sustentável no Brasil e para difundir o conhecimento sobre as realizações e propostas do governo em

cada compromisso assumido nas conferências internacionais. Já a FURG assinalou que, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional de 2015, há previsão para implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, tendo como um dos objetivos incorporar o tema da sustentabilidade nas ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão da universidade, mas a forma como serão aplicados os incentivos não foi informada.

A UFPB informou que incentiva ações de extensão no tema da sustentabilidade através de parcerias com a Comissão de Gestão Ambiental da instituição, que tem em uma das suas ações, projetos com bolsistas da extensão que ajudam a comissão a desenvolver seu trabalho de forma adequada e coerente com o tema. Em quanto a UFSB ressaltou seu projeto de gestão chamado “Ecotime”, composto por técnicos, docentes e discentes, com o intuito de ajudar na gestão sustentável, na tentativa de elaborar soluções ecoeficientes para as práticas cotidianas da comunidade universitária. Já a UNIVASF informou que através do Projeto Escola Verde mais de 200 escolas da região são atendidas na perspectiva de valorização do meio ambiente e da sustentabilidade ambiental, e assim como a UFLA promoveram recentemente eventos que fomentam a sustentabilidade através da distribuição de prêmios.

Observa-se que os mecanismos para tentar incentivar os projetos de pesquisa ou extensão são poucos e alguns estão em fase de elaboração, sendo que os incentivos propostos são através de editais específicos para o tema, em que são privilegiadas as linhas temáticas da sustentabilidade, ou estabelecendo pontuações diferenciadas para o tema, também mediante disposição de bolsas de estudo ou premiações como também na forma de auxílios financeiros para compra de materiais e transporte para a realização dos projetos. Há esforço de algumas universidades, no entanto, de acordo com Berchin *et al.* (2017) não se observa que a sustentabilidade seja vivenciada diariamente dentro da universidade, para que a mesma seja um ambiente que eduque para a sustentabilidade.

5 Considerações Finais

O estudo verificou o índice de adesão da ferramenta PLS pelas universidades federais brasileiras, assim como analisou as ações de divulgação, capacitação e conscientização direcionadas ao corpo discente, publicadas no plano. Também foi apontado o número de projetos de pesquisa e extensão relacionados com a sustentabilidade e quais universidades promovem incentivos para estes projetos. Por fim, foi questionado se há uma relação entre os projetos e o PLS.

Considerando as informações obtidas, observa-se que, quatro anos após a normatização do PLS, a porcentagem de universidades que o adotaram é, aproximadamente 34%, e 8% estão em fase de elaboração do plano. Essas porcentagens são baixas, pois o PLS, por ter sido determinado por decreto, é uma obrigatoriedade

para as organizações públicas federais, sendo assim, a criação de penalidades e sanções para quem não cumprir o decreto pode ocasionar aumento da elaboração dos planos pelas universidades como também maior monitoramento por parte dos órgãos de controle do governo.

Somada a baixa adesão deve se ressaltar que dos 22 planos existentes apenas oito elaboraram o relatório de acompanhamento. Isso demonstra que apenas uma pequena parte das universidades federais utilizam o PLS para fomentar a sustentabilidade, de forma sistemática e continuada, em sua cultura organizacional. Engelman *et al* (2009) apontaram que uma das barreiras identificadas em universidades brasileiras para desenvolver ações sustentáveis é a cultura organizacional.

Berchin *et al.* (2017) ressaltam que a cultura organizacional pode ser moldada, isso é através de atividades diárias e contínuas pode ser inserida a sustentabilidade na cultura da universidade. Na tentativa de transformar a cultura, ações de divulgação, capacitação e conscientização se fazem necessárias. Elas estão presentes nos planos, porém, na maior parte, são descritas com superficialidade.

Espera-se que nos próximos anos, a exemplo das universidades que já instituíram e pela sensibilização e capacitação dos servidores e da comunidade acadêmica, as demais universidades insiram o PLS em suas gestões e elaborem diferentes propostas de divulgação, capacitação e conscientização.

Tendo como referência o retorno dos questionamentos a respeito dos projetos de pesquisa e extensão das universidades federais, observou-se que a maioria das respostas foi negativa com relação ao incentivo de projetos na área de sustentabilidade. De 41 respostas, 30 foram negativas. E aquelas universidades que responderam de forma afirmativa propõem incentivos por meio de editais específicos de fomento, privilegiando as linhas temáticas da sustentabilidade, com base em pontuações diferenciadas para o tema, mediante disposição de bolsas de estudo e premiações que podem chegar a prêmios em dinheiro e auxílios para compra de materiais e transporte para a realização dos projetos.

As respostas a respeito de projetos de pesquisa ou extensão que estejam relacionados ao PLS obtiveram cinco retornos positivos de um total de 14 respostas. Os projetos detectados tratam desde auxílio no diagnóstico da organização para implantação do plano até ações para ajudar nos variados temas do PLS, seja na diminuição do consumo de energia e água, criação de programas de coleta seletiva, redução de material de consumo e inserção de obras sustentáveis na infraestrutura da instituição, com ações voltadas para a conscientização da comunidade. No conteúdo dos 22 planos analisados, apenas cinco descrevem projetos de pesquisa ou extensão elaborados para auxiliá-los.

Percebe-se que as práticas de relacionamento entre as áreas de projetos de pesquisa ou de extensão com o PLS ainda não são tão comuns entre as universidades federais,

fato que demonstra que o tema da sustentabilidade não está sendo tratado de forma abrangente na universidade (Fadeeva & Mochizuki, 2010). Também é uma realidade que todas as universidades federais têm projetos com o tema da sustentabilidade, apesar de não haver incentivos específicos para essa área na maioria delas.

A presente pesquisa aporta aos gestores universitários exemplos de ações de divulgação, capacitação e conscientização direcionadas ao discente, pois apresenta um compilado de práticas diferenciadas e de formas de incentivo à temática da sustentabilidade na pesquisa e extensão universitária. Além de aportar para os administradores públicos um retrato amplo da adoção do PLS pelas universidades federais, visto que foi descrito de que forma a adoção do PLS está relacionada com os projetos de pesquisa e extensão, o que permite uma análise crítica da aplicação do PLS nas universidades federais.

Finalmente, ressalta-se a importância da realização de outras pesquisas que auxiliem a elaboração de novas propostas de relacionamento entre as áreas de gestão universitária, pesquisa e extensão, em torno da temática da sustentabilidade. O ensino para a sustentabilidade também deve ser analisado de forma conjunta com as demais áreas da atividade universitária, assim como também deve ser estudado as formas de divulgação das práticas sustentáveis adotadas pelas instituições de ensino superior que não fazem parte da rede pública federal. Ainda destaca-se importância do monitoramento da evolução do PLS nas universidades federais, já que permite um acompanhamento contínuo das ações voltadas para a sustentabilidade.

Agradecimento

Agradecemos a FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul) pelo financiamento do estudo.

Referências

- Aligleri, L., Aligleri, L., & Kruglianskas, I. (2009). *Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade no negócio*. São Paulo: Atlas.
- Alshuwaikhat, H. & Abubakar, I. (2008). An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. *Journal of Cleaner Production*, 16(16), 1777-1785.
- Andrade, L., Brito, M., Brito, V., & Baeta, O. (2016). Estratégia como Prática: uma Análise das Práticas Ambientais da Universidade Federal de Lavras (UFLA). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 10(2), 02-18.
- Bansal P. (2005). Evolving Sustainability: A Longitudinal Study of Corporate Sustainable Development. *Strategic Management Journal*, 26(3), 197-218.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Berchin, I., Grando, V., Marcon, G., Corseuil, L., & Guerra, J. (2017). Strategies to promote sustainability in higher education institutions: a case study of a federal institute of higher education in Brazil. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 18(7), 1018-1038.
- Brasil. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Brasília, DF.
- Brasil. (2012a). *Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012a*. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Brasília, DF.
- Brasil. (1999). *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.
- Brasil. (2012c). Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012c*. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília, DF.
- Casarejos, F., Frota M., & Gustavson L. (2017). Higher education institutions: a strategy towards sustainability. *International Journal of Sustainability in Higher Education*. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/IJSHE-08-2016-0159>>.
- Diana, J. (2012). *Gestão ambiental da universidade de Brasília: avanços e desafios*. Monografia (Especialização). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília. DF.

- Elkington, J. (1994). Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, 36(3), 90-100.
- Engelman, R., Guisso, R., & Fracasso, E. (2009). Ações de Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior: o que tem sido feito. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 3 (1), 22-33.
- Fadeeva, Z. & Mochizuki, Y. (2010). Higher education for today and tomorrow: university appraisal for diversity, innovation and change towards sustainable development. *Sustainability Science*, 5(2), 249-256.
- Franco, I., Moura-Leite, R., Pereira, M., & Lopes, J. (2017). Personal values and approach of undergraduates towards corporate social responsibility. *Social Responsibility Journal*, 13(3), 457-472.
- Franco, I., Teixeira, M., Azevedo, D., & Moura-Leite, R. (2015). A inserção da temática de sustentabilidade na formação de futuros gestores: como os professores se deparam com o assunto?. *Administração: ensino e pesquisa*, 16(3), 571-607.
- Garriga, E. & Melé, D. (2004) Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*, 53(1/2), 51-71.
- Gladwin, T., Kennelly, J., & Krause, T. (1995). Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management Review*, 20(4), 878-907.
- Gonçalves-Dias, S., Herrera, C., & Cruz, M. (2013). Desafios (e dilemas) para inserir “Sustentabilidade” nos currículos de administração: um estudo de caso. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(3), 119-153.
- Hart, S., Milstein, M. (2004). Criando valor sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 3(2), 65-79.
- Jacomossi, R., Morano, R., & Barichello, A. (2014). O Comportamento Ambiental de Estudantes de Graduação: um modelo internacional de equações estruturais aplicado no contexto brasileiro. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 8(3), 106-117.
- Jorge, M., Herrera, J., Cejas, M., Pena, F. (2015). An approach to the implementation of sustainability practices in Spanish universities. *Journal of Cleaner Production*, 106(1), 34-44.
- Kruger, S., Freitas, C., Pfitscher, E., & Petri, S. (2011). Gestão ambiental em instituição de ensino superior - uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, 4(3), 44-62.
- Lambrechts, W., Liedekerke, L. (2014). Using ecological footprint analysis in higher education: Campus operations, policy development and educational purposes. *Ecological Indicators*, 45, 402-406.
- Lee, K., Barker, M., & Mouasher, A. (2013). Is it even espoused? An exploratory study of commitment to sustainability as evidenced in vision, mission, and graduate attribute statements in Australian universities. *Journal of Cleaner Production*, 48, 20-28.

- Lozano, R., Lukman R., Lozano, F., Huisingh, D., & Lambrechts, W. (2013). Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system. *Journal of Cleaner Production*, 48, 10-19.
- Luiz, L. (2014). *Plano de gestão de logística sustentável: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Luiz, L., Alberton, L., Rosa, F., & Pfitscher, E. (2014). Inclusão de práticas ambientais nas auditorias realizadas no âmbito de uma instituição federal de educação. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 3(2), 92-112.
- Luiz, L., Rau, K., Freitas, C., & Pfitscher, E. (2013). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(2), 54-62.
- Machado, R., Fracasso, E., Tometich, P., & Nascimento, L. (2013). Práticas de gestão ambiental em universidades brasileiras. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 7(3), 37-51.
- Madeira, A., Carravilla, M., Oliveira, J., & Costa, C. (2011). A methodology for sustainability evaluation and reporting in higher education institutions. *Higher Education Policy*, 24(4), 459-479.
- Maimon, D. (1996). *Passaporte verde: gerência ambiental e competitividade*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Ministério do Meio Ambiente. *Agenda ambiental na administração pública (A3P)*. 5.ed. Brasília, DF. 2009.
- Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional*. 2.ed. Brasília, DF. 2004.
- Ministério do Meio Ambiente. *Conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento: agenda 21 global*. Brasília, DF. 1995.
- Ngwakwe, C. (2014). Towards integrating sustainable development in South African universities' accounting education. *International Journal of Sustainable Development*, 17(4), 348-373.
- Palma, L., Oliveira, L., & Viacava, K. (2011). Sustainability in Brazilian federal universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12(3), 250-258.
- Porter, M. & Kramer, M. (2006). Strategy and Society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard business review*, 84(12), 78-92.
- Santos, J. & Silva, R. (2013). A percepção dos estudantes sobre o ensino da responsabilidade social corporativa na graduação em administração. *Administração: ensino e pesquisa*, 14(2), 377-401.
- SIGPROJ. Sistema de informação e gestão de projetos (2015). Disponível em: <<http://sigproj1.mec.gov.br/?goTo=what&plataforma=5>>. Acesso em: 22. set. 2015.

- Sousa, M. & Madruga, L. (2014). Sustentabilidade nas universidades federais à luz da legislação no Brasil. In: *3º Fórum Internacional Ecoinnovar*, Santa Maria, RS.
- Souza, M., Parisotto, I., Junior, C., & Barbieri, J. (2013). Estudo bibliométrico de teses e dissertações de programas stricto sensu em administração sobre responsabilidade social empresarial. *Administração: Ensino E Pesquisa*, 14(1), 63-98.
- Springett, D. (2005). Education for sustainability in the business studies curriculum: a call for a critical agenda. *Business Strategy and the Environment*, 14, 146-159.
- Tauchen, J. (2007). *Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituições de ensino superior*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Engenharia, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS.
- Tauchen, J. & Brandli, L. (2006). A Gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão & Produção*, 13(3), 503-515.
- Tinoco, J. & Kraemer, M. (2004). *Contabilidade e gestão ambiental*. 2.ed. São Paulo: Atlas.
- World Commission on Environment and Development (WCED), Our Common Future (OCF) (2009). Oxford: Oxford University Press.